

A comunicação alternativa como estratégia de desenvolvimento local

Alternative communication as a strategy for local development

La comunicación alternativa como estrategia de desarrollo local

Claudia Mara Stapani Ruas*

Mariluce Bittar**

Recebido em 30/10/2003; aprovado e revisado em 24/05/04; aceito em 30/06/04.

Resumo: A Comunicação Social é fator preponderante na construção da cidadania e no processo de desenvolvimento local. Os meios de comunicação, especialmente o rádio, veículo local que alcança pessoas de classes, idades e culturas diferentes, podem ser instrumentos utilizados com a finalidade de estimular o desenvolvimento das comunidades, a interação social e a indicação de soluções para os problemas que as envolvem. A rádio comunitária, quando utilizada de acordo com a lei e funcionando como voz e vez da comunidade, torna-se uma estratégia a favor do desenvolvimento, justamente por ser uma iniciativa da própria comunidade. O poder dessas emissoras, no exercício da cidadania, é comprovado quando os resultados do trabalho comunitário projetam-se em ações de cunho social, como campanhas beneficentes e questões abrangentes ligadas à política, saúde, educação e cultura.

Palavras-chave: comunicação; rádio comunitária; desenvolvimento local.

Abstract: Social Communication is a preponderant factor in the construction of citizenship and in the process of local development. The means of communication, specially the radio, a local means which reaches people of different classes, ages and cultures, can be instruments used with the aim of stimulating the development of communities, social interaction and the indication of solutions for the problems that involve them. The community radio, when used in accordance with the law and functioning in favour of and as the voice of the community, becomes a strategy in favour of development. Exactly because it is an initiative of the actual community. The power of these broadcasting stations, in the exercise of citizenship, is proven when the results of community work project themselves in actions of a social stamp, such as charitable campaigns and questions that are associated with politics, health, education and culture.

Key words: communication; community radio; local development.

Resumen: La Comunicación Social es factor preponderante en la construcción de la ciudadanía y en el proceso de desarrollo local. Los medios de comunicación, especialmente la radio, vehículo local que alcanza personas de clases, edades y culturas diferentes, pueden ser instrumentos utilizados con la finalidad de estimular el desarrollo de las comunidades, la interacción social y la indicación de soluciones para los problemas que las envuelven. La radio comunitaria, cuando utilizada de acuerdo con la ley y funcionando como voz y vez de la comunidad, se vuelve una estrategia a favor del desarrollo, justamente por ser una iniciativa de la propia comunidad. El poder de esas emisoras, en el ejercicio de la ciudadanía, es comprobado cuando los resultados del trabajo comunitario se proyectan en acciones de acunho social, como campañas benéficas y cuestiones afines relacionadas a la política, salud, educación y cultura.

Palabras clave: comunicación; radio comunitaria; desarrollo local.

1 A importância da comunicação para o desenvolvimento local

A comunicação tem um papel fundamental no desenvolvimento local. Com a organização humana em sociedade, a comunicação passou a ser elemento essencial de vida. Quanto mais se aperfeiçoavam as técnicas de comunicação, mais seguros sentiam-se os homens em suas áreas de ocupação e mais instrumentos foram sendo criados para facilitar seus contatos com a comunidade e com o mundo. Outros meios além do som, do tato, do olfato e das pinturas nas cavernas foram sendo adaptados e desenvolvidos para funcionarem como extensão do homem e, dessa forma, concretizarem esse empreendimento humano.

A comunicação confunde-se com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos. Somente percebemos a sua essencial importância quando, por acidente ou doença, perdemos a capacidade de nos comunicar, ato que representa uma necessidade básica do ser humano, do homem social.

Juntamente com a evolução das sociedades, consagrou-se também a evolução dos meios de comunicação: primeiro a palavra escrita, sendo formalizada por meio da imprensa; depois a palavra falada, através da radiodifusão; posteriormente o som aliado à imagem, concretizado pelo surgimento da televisão e, finalmente, a internet, representando e evolução pela união de todos os meios de comunicação (jornal, rádio e tele-

* Publicitária e professora do curso de Comunicação Social - UNIDERP (claudia@ucdb.br).

** Coordenadora do Mestrado em Educação - Universidade Católica Dom Bosco (bittar@ucdb.br).

visão) em um único veículo.

Tal fato nos leva à compreensão de que não haveria sociedade, tal como a conhecemos, evoluída e globalizada, sem a comunicação. Não haveria evolução no processo de convivência e desenvolvimento humano sem a evolução dos meios de comunicação.

A importância que vem sendo dada ao desenvolvimento local deve-se especialmente ao fato de estarmos vivendo crises de confiança a respeito dos poderes representativos. As drásticas desigualdades sociais entre todas as regiões brasileiras representam significativamente a *gene* de todos os problemas da economia globalizada.

Estamos presenciando uma época em que tudo se faz e desfaz na mesma rapidez, desde o exaustivamente conhecido ao absolutamente desconhecido; do local-local para o local-global.

A comunicação acontece também na vida familiar e na relação diária entre as pessoas, no trabalho, na recreação, no comércio e no esporte. A comunicação interpessoal, característica da sociedade tradicional, que muitos pensavam que seria suplantada pela impessoalidade dos meios eletrônicos, está novamente em ascensão, talvez como uma reação contra a massificação e a comercialização dos meios de massa. Mas a razão mais provável da revalorização do colóquio, do encontro, do bate-papo, talvez seja o fato de que o homem-indivíduo esteja encontrando sua identidade verdadeira de homem-social e valorizando mais o lugar onde mora. No seio do associativismo em ascensão e da luta pelo fortalecimento da sociedade civil, o homem está reaprendendo a comunicação pessoa a pessoa, pela palavra falada.

McLuhan (1964, p. 98) afirmou:

A palavra falada envolve todos os sentidos intensamente. Ao falar, tendemos a reagir a cada situação, seguindo o tom e o gesto até de nosso próprio ato de falar. É a projeção do homem no falar. É a projeção do homem na fala que permite o intelecto destacar-se da vastidão real. Sem a linguagem, a inteligência humana teria permanecido totalmente envolvida nos objetos de sua atenção. A linguagem é para a inteligência o que a roda é para os pés, pois lhes permite deslocar-se de uma coisa a outra com desenvoltura e rapidez. A linguagem projeta e amplia o homem. A fala separa o homem e a humanidade do inconsciente cósmico. A linguagem é considerada a mais rica

forma de arte humana, pois é que a distingue da criação animal.

A comunicação verbal tem um valor indiscutível, papel fundamental consagrado com a radiodifusão. Nesse processo, podemos citar três fatores importantes:

Em primeiro lugar, o fato de ter sido um processo que colaborou para a integração nacional, tornando-se o meio de comunicação mais popular e de maior alcance por motivos geográficos, culturais ou econômicos. De acordo com McLuhan (1964, p. 336): “[...] o rádio afeta as pessoas, digamos, como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte. Este é o aspecto mais imediato do rádio. Uma experiência particular”.

O rádio tem o poder de envolver profundamente seus usuários, os quais mantêm este contato estreito em todos os tipos de ambiente, quando não, acompanhando-os, mesmo que andarilhos. Nada impede a interação.

Em segundo lugar, por ser um meio compreensível aos analfabetos, público que a mídia impressa exclui. Como meio auditivo, compara-se o ouvido humano ao receptor de rádio, capaz de descodificar as ondas eletromagnéticas e codificá-las como som, assim como a voz do locutor pode ser comparada ao transmissor de rádio.

O terceiro fator importante se traduz no aspecto prático e descomplicado que adquiriu esta forma de comunicação. Após a descoberta do transistor, em 1947, o rádio adquiriu a mobilidade de que tanto precisava. Ficou livre de fios e tomadas e passou a estar presente em todos os lugares: na sala, na cozinha, no quarto, no carro, tornando-o, de acordo com Ortriwano (1985, p. 37): “[...] o meio mais popular e o de maior alcance público, não só no Brasil como também em todo mundo. O Brasil ocupa o segundo lugar no quadro mundial quanto ao número de emissoras instaladas, sendo superado apenas pelos Estados Unidos”.

Por último, devido a sua mobilidade, o rádio deixou de ser um meio de recepção coletiva, tornando-se individual. O emissor passou a comunicar-se, para toda sua audiência, como se estivesse falando para cada um, em particular.

Para a rádio comunitária esta mobili-

dade é um fator preponderante, pois possibilita atingir as cabeças e os corações das pessoas de uma determinada comunidade, estabelecida nas periferias da cidade, engajando-a em sua dinâmica cotidiana e permitindo o desenvolvimento de suas potencialidades. Nas programações da rádio comunitária, como, por exemplo, a da Rocinha, no Rio de Janeiro, observa-se a expansão do uso da radiodifusão como uma mola-mestra para a mobilização social, constituindo-se em um dos principais fatores para o desenvolvimento local. Segundo Siqueira (1996-i):

[...] além da mobilidade, provocada pela radiodifusão, temos também a mobilização, a qual é efetivada pela convocação de voluntários a um propósito comum, com interpretações e sentidos partilhados e, antes de tudo, despertando uma paixão. Não é possível mobilizar uma comunidade se não se despertar, previamente, a paixão, que move, desperta, faz agir e faz o indivíduo recriar seu próprio local: a comunidade em que vive.

A paixão dos agentes, aliada à mobilidade da radiodifusão e à mobilização que ela provoca, são fatores que fazem a ponte entre a comunidade e o seu desenvolvimento, tornando-o viável.

Implementar o desenvolvimento local é o desafio prioritário de muitos agentes e instituições sociais em todo o mundo. Já não se trata somente de uma responsabilidade dos governos, mas também preocupação das comunidades sociais, das administrações locais e regionais. É também um desafio de alguns veículos de comunicação, em especial, os veículos segmentados. É notória essa percepção quanto à responsabilidade e participação, pois o público deixou de ser a massa e passou a ser um público específico, segmentado e dirigido: caso das rádios comunitárias, em que apenas uma atende determinada comunidade.

As rádios comunitárias, ao mesmo tempo em que seguem o trinômio geral das rádios: educar, divertir e informar; também são conhecedoras da vital importância e responsabilidade no desenvolvimento cultural e educacional do local. Possuem abrangência limitada a 25 kw e diferenciam-se das demais rádios comerciais por não visarem lucro. Assim vêm-se obrigadas a descobrir as potencialidades das comunidades em todos os sentidos, ou pelo seu aspecto social

ou pelo econômico, garantindo sua sobrevivência como veículo de comunicação.

O poder de mobilização que a radiodifusão ganhou ao longo dos anos, sobretudo o da comunitária, tem tomado vulto, permitindo aos indivíduos significativo acesso a informações com vistas a garantir seus direitos como cidadãos, e situá-los acerca do território que ocupam e sua real função dentro dele. Tal poder mostra que o mundo, em particular a comunidade, é um conjunto de possibilidades, que depende das oportunidades oferecidas no local do qual ela faz parte. Essas oportunidades, bem aproveitadas, servirão de base para um melhor padrão de vida, menos viciado, mais alicerçado.

As rádios comunitárias, entendidas neste contexto, são estimuladoras de cidadania, que se obtém por meio da socialização da informação. As rádios comunitárias são uma renovação criativa na radiodifusão, com o intuito de levar uma nova realidade às comunidades excluídas do contexto social. Essa alternativa segmentada para a radiodifusão nada mais é do que a expressão da criatividade humana; é fruto da percepção de pessoas comprometidas quanto à importância do local no processo de desenvolvimento de uma economia globalizada.

O mundo, na verdade, tem que ser entendido e sentido por seus sujeitos como o seu lugar, pois é através dele que será oferecida a possibilidade de sua realização. Por mais globalizados que pareçamos estar, devemos manter a preocupação em desenvolver o local, pois o mesmo é a célula do todo global. Somente através do desenvolvimento, pelo desabrochar de potencialidades latentes, incubadas ou encobertas é que haverá, por parte de qualquer comunidade, um atalho para a sua inserção nesse processo global.

Interessante notar que o conceito de desenvolvimento local consagrado na Europa na década de oitenta é similar aos objetivos dos primeiros sinais de transmissão das rádios comunitárias: utilizar a comunicação como estratégia de desenvolvimento. A esse respeito podemos citar o que Bordenave (1986, p. 101) afirmou, com muita propriedade:

Deseja-se colocar o poder da comunicação a serviço da construção de uma sociedade onde a

participação e o diálogo transformantes sejam possíveis. É próprio da comunicação contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem às coisas. E, através da modificação de significados, a comunicação colabora na transformação das crenças, dos valores e dos comportamentos. Daí o imenso poder da comunicação. Daí o uso que o poder faz da comunicação.

2 A comunicação alternativa ou comunitária como estratégia de desenvolvimento

Após séculos de censura alternados com momentos de liberdade, o Brasil inteiro prepara-se para a terceira onda da comunicação: A comunicação alternativa efetivada pelas emissoras comunitárias. Esta é uma prática muito nova no Brasil, mas já se faz presente em pelo menos duas a três milhares de comunidades. A radiodifusão comunitária, diferente da rádio comercial, consiste num exemplo de trilha que pode tornar-se um largo caminho para a sociedade pretendida: a passagem para o terceiro milênio, por meio de um desenvolvimento justo, solidário e mais humanitário, com desigualdades menos gritantes.

Baseada em tecnologia fácil, barata e inovadora, a radiodifusão comunitária, disseminada inicialmente por pessoas da população pobre e desassistida, mostra imediatamente aspectos de um achado que hoje, todos aplaudem. Ela não toma o lugar de ninguém, não fere interesses econômicos das rádios comerciais, embora receba patrocínios culturais de empresas privadas. É vez e voz da comunidade que agora tem seu veículo e faz sua própria comunicação. A comunidade aqui referida é a entendida como definiu Cogo (1998, p. 5):

[...] espaço privilegiado de constituição e vivência dos valores fundamentais como a solidariedade, a união, a ajuda mútua que, articulados a religiosidade impõe-se como referenciais indispensáveis na compreensão das culturas populares na sua relação com a comunicação. Ela é o mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, um espaço que se estrutura com base em certos tipos específicos de sociabilidade e, por último, de comunicação entre parentes e vizinhos.

Nas rádios comunitárias a comunidade pode aprender e ensinar. Todos podem falar; há diálogo no plano público, produção de consensos para a resolução das difi-

culdades individuais e coletivas. Por meio da difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos, essas rádios podem oferecer mecanismos de formação e integração da comunidade. Assim, é possível ver a criminalidade reduzida, aumentar-se a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania, a democracia. Concretiza-se o exercício da liberdade de expressão.

A lei nº 9.612 que instituiu e definiu o serviço de radiodifusão comunitária foi sancionada em 19.2.98, publicada pelo DOU (Diário Oficial da União) em 20.2.98 e complementada pela regulamentação Decreto 2.615 - DOC. 4.06.98. Um dos preceitos básicos para sua obtenção de concessão é que não pertença a empresários, partidos políticos ou religião. O espaço é democrático, sendo proibido o domínio por tendências quaisquer.

A concessão para operar uma rádio comunitária é atribuição do Ministério das Comunicações. Conforme o art. 9º, parágrafo 1º, da lei em questão:

Para outorgar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º: analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

De acordo com a lei, cada bairro ou vila só pode ter uma rádio comunitária e a instalação do Conselho Comunitário é fundamental para o caráter do empreendimento. Sua função é administrar a rádio em toda sua amplitude, incluindo aspectos administrativos, programação musical e jornalismo. O Conselho Comunitário deve ser o mais abrangente possível, por tratar-se do colegiado que determina como deve ser a emissora comunitária. Composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, devem reconhecer a força da rádio local e fiscalizar para que seu conteúdo seja aquilo que a comunidade gosta, precisa e quer ouvir.

Sobre as primeiras experiências da comunicação alternativa no Brasil, explicou Cogo (1998, p. 36):

[...] originaram nas próprias CEB (Comunidades Eclesiais de Base). Foram criadas escolas radiofônicas, na cidade de Natal, como centros de educação e conscientização, sementes de igreja. Em 1965 eram 1410 escolas radiofônicas da Arquidiocese de Natal. Através delas, reuniam-se grupos de pessoas para alfabetizarem-se, formar uma comunidade, menor que o povoado e a paróquia. Todos os participantes eram católicos e o trabalho era orientado pela Arquidiocese. Então, catequizava pelo rádio. Aos domingos, as comunidades se reuniam em torno do aparelho de rádio para responder a missa que o bispo celebrava e para escutar a sua palavra.

Nesse período nota-se que as formas de comunicação se entrelaçam e representam setores sociais claramente diferenciados. A comunicação de massa relaciona-se com o capital internacional; a comunicação popular com a organização dos movimentos sociais de base. Aliás, na maior parte dos países latinos, a comunicação popular emerge:

[...] no interior dos movimentos e organizações sociais em meio a uma conjuntura de profunda insatisfação por parte do povo e de profundas restrições às liberdades de expressão. Nas décadas de 60 e 70 os regimes autoritários e ditatoriais controlam os meios de comunicação de massa, utilizando-os em favor de seus interesses e projetos políticos. Em um contexto como esse é compreensível que os meios de comunicação emergentes não diretamente sujeitos a tal controle passem a ser algo extremamente real e de interesse da sociedade. (Cogo, 1998, p. 39)

Desse período em diante, em um mercado cada vez mais disputado, as rádios comunitárias passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, integrando-se à rotina das comunidades, podendo resultar num grande instrumento de desenvolvimento local. De acordo com Tavares (1998, p. 21): “[...] as notícias obtidas na esquina são tão ou mais importantes do que as recebidas de outras partes do estado, país ou do mundo”.

O processo de integração comunitária, fomentado pela comunicação alternativa pode proporcionar um novo tipo de desenvolvimento. Trata-se de um processo contínuo de libertação dos povos.

Tal afirmação ganha notoriedade à medida que, falar de desenvolvimento, destacadamente o local, é objetivo prioritário de muitos agentes e instituições sociais. Martín (1999), no seminário internacional sobre perspectivas de desenvolvimento na região Ibero-americana, afirmou que: “[...] falar de

desenvolvimento local é saber que, em nossos dias, promover o desenvolvimento não é só uma responsabilidade dos governos, mas uma preocupação dos coletivos sociais, das administrações locais e regionais”.

Estamos vivenciando um momento em que o desenvolvimento local está sendo convertido em estratégia político-administrativa, esperança, um conceito de debate acadêmico. Para Román Rodríguez Gonzales (1998, p. 6):

Cada vez se habla más de desarrollo local en congresos, libros, revistas... se crean cursos de especialización, se percibe como una puerta de trabajo para jóvenes licenciados, y en ocasiones se recurre a él como via alternativa para el incremento de los niveles de vida y bienestar de las sociedades. Sin embargo se mantiene aún como una entelequia falta de una definición global y ampliamente asumida por todos los profesionales e investigadores de esta temática.

À medida que este tipo de desenvolvimento adquire um reconhecimento nacional, torna-se mais freqüente a utilização de terminologias e conceitos diversos, como: desenvolvimento endógeno, comunitário, sustentável, integrado.

O desenvolvimento local trata, como seu próprio nome indica, do desenvolvimento econômico e social num dado espaço concreto, dentro de uma dinâmica de trocas. É um processo que afeta todas as estruturas produtivas e sociais que se distribuem pelos territórios beneficiados.

Uma diferenciação essencial reside no fato de que o desenvolvimento local não equivale, diretamente, ao desenvolvimento econômico. Evidentemente, não há desenvolvimento sem que exista crescimento econômico que o sustente. Entretanto, o desenvolvimento local requer uma perspectiva bem mais complexa, que deve fundamentar-se no desenvolvimento global e integral, repercutindo na valorização e utilização dos recursos próprios que possui cada território.

No Brasil, a reflexão sobre desenvolvimento local só começou a merecer maior atenção a partir de 1996, por meio dos Departamentos de Geografia de algumas Universidades. Por tratar-se de um assunto relativamente recente, permanecem questões conflitantes no horizonte conceitual do que venha a significar, de fato, desenvolvimento local. Para Ávila (2000, p. 68):

[...] essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida, no sentido de ela mesma incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agência e gerenciar o aproveitamento dos potenciais próprios assim como a metabolização comunitária de insumos e investimento públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Apresentando-se como uma estratégia para redução de problemas das localidades, pretende romper com as práticas assistencialistas presentes em diversos projetos já em andamento pelo governo federal brasileiro. Desenvolvimento local é um tema atual, novo, em que o adjetivo “local”, assume, conforme López (1991, p. 42) o seguinte enfoque:

Quando falamos de local, estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

As conceituações descritivas analisadas, embora bem formuladas, deixam margem ao entendimento de que o desenvolvimento local refere-se apenas à melhoria de qualidade vida de uma dada comunidade, desde que a mesma participe do respectivo processo. Isto porque, normalmente, as descrições fenomenológicas realçam as propriedades ou características dos objetos a que dizem respeito, no sentido das mais gerais para as mais particulares, e de fora para dentro do fenômeno, mas nem sempre concluem pela síntese ontológica do que é ou significa o objeto conceituado, no caso, o desenvolvimento local.

Fixadas as premissas, recai-se na importante necessidade de conceituar “local”, pela diferença fundamental entre os significados de desenvolvimento local e “desenvolvimento no local”. Ávila (2000b, p. 72) ressaltou:

Trata-se de conceitos contrários, mas não contraditórios. **Desenvolvimento no local:** quaisquer agentes externos se dirigem a comunidade localizada para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida com a participação ativa da mesma;

Desenvolvimento local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, metabolizando comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.

Observamos que, no primeiro caso, os agentes externos são os promotores do desenvolvimento e a comunidade apenas envolve-se, participando. No segundo, a própria comunidade assume o seu desenvolvimento e, os agentes externos, são os que se envolvem participando, funcionando como estimuladores da comunidade para que ela mesma, pouco a pouco, torne-se capaz de impulsionar a melhoria de suas condições de vida, sob todos os pontos de vista, social, econômico e cultural. De acordo com Martin (1999, mayo):

El desarrollo local es el proceso reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar su crecimiento económico crear empleo y mejorar la calidad de vida de la comunidade local, siendo el resultado de um compromisso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa, lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de grupos e individuos.

Os fatores endógenos do desenvolvimento local constituem-se daqueles potenciais dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais, presentes explícita ou implicitamente no cotidiano de cada comunidade localizada. A título de exemplificação, são fatores endógenos: os interesses e objetivos comuns, a identidade social, cultural e histórica, a diversidade de funções individualizadas, muitas das quais, isoladamente, mal garantem a sobrevivência individual ou familiar, mas que, mobilizadas, somadas e canalizadas, constituem autênticas forças de alavancamento de progresso coletivo que a todos beneficiam; sindicatos, associações, igrejas, condições hídricas e de solo, entre outros. O fator fundamental, no tocante ao fator endógeno, é o potencial que cada comunidade tem para despertar-se, mobilizar-se, mesmo que com algum tipo de impulso externo.

Quanto aos fatores exógenos, há cerca de 30 anos quase todos eram bem visíveis e destacáveis, pois se referiam às oportuni-

dades de acesso das comunidades localizadas, a serviços e bens que extrapolavam suas fronteiras, tais como: energia elétrica, água canalizada, saneamento básico, condições de emprego (já que a oferta de emprego em escala recaía na área empresarial, sobretudo nos setores de indústrias, comércio e alguma coisa no da prestação de serviços), estradas, aumento de vagas em escolas públicas, assistência médico-hospitalar, como também financiamentos de moradias, de produção, de bens de consumo, e assim por diante.

Hoje, as influências dos fatores exógenos sofisticaram-se muito graças ao avanço científico-tecnológico mundial de rápida e eficiente penetração, inclusive nos lares de regiões e comunidades mais remotas, através dos meios de comunicação modernos, sobretudo, rádio e televisão.

Se antes só pela mediação de alguns tipos de liderança as comunidades interiores tomavam conhecimento de suas próprias deficiências e carências comparando realidades, hoje o fazem diretamente e nos lares ou indivíduos, tendo a oportunidade de contrapor e até de criar necessidades, tanto de bem-estar construtivo, quanto de consumismo e status degenerativo.

Quando se deseja formar pessoas em mobilização, é importante que tenham um modelo geral que varie de acordo com circunstâncias específicas e permita articulação de todas as posições teóricas e de todas as experiências pessoais, tanto dos que dirigem quanto dos que recebem o benefício da mobilização.

Este propósito não está somente no âmbito da radiodifusão - é também e principalmente um desafio prioritário de muitos agentes e instituições sociais em todo o mundo. Já não somente uma responsabilidade dos governos, mas, também, preocupação das comunidades, das administrações locais e regionais e dos meios de comunicação.

Entendendo-se que desenvolvimento

local é o processo de aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes em uma determinada região, capaz de estimular e diversificar seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida da comunidade local, as rádios comunitárias vêm atingindo esse papel em toda extensão do conceito. Podemos, assim, analisar o desenvolvimento local por outro ângulo, como um processo de mudança de uma realidade para outra, inserindo nesse processo uma renovação criativa que advém da aplicação de conceitos alternativos e idéias novas, revolucionárias, tendentes a mudar o panorama e a realidade de um local, de um estado, e conseqüentemente de um país.

As rádios comunitárias, entendidas neste contexto, são propulsoras desse desenvolvimento, numa perspectiva pluralista e democrática, condições fundamentais para a evolução da sociedade.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educação em desenvolvimento local. In: *Interações*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande: UCDB, vol. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARPIO, Martín Jose. *Nuevas realidades en el desarrollo local en Espana e Iberoamerica*. Seminário Internacional sobre perspectivas de desarrollo en Iberoamerica, Santiago de Compostela, mayo 1999.
- COGO, Denise Maria. *No ar uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- GONZALES, Román Rodrigues. La escala local del desarrollo-definición y aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE*, Salvador-BA, ano 1, n. 1, p. 6, nov. 1998.
- LÓPEZ, Tereza. *Serviço social y desarrollo local*. Chile: Colégio de Asistentes Sociales, 1991.
- MCLUHAN, Marshall Herbert. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cutrix, 1964.
- ORTRIWANO, Gisela Swetland. *A informação no rádio*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- SIQUEIRA, Tânia Montoro (org.). *Mobilização social*. Brasília: UNB, 1996.